

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 041/2012	2
Ata da 2141ª Sessão Ordinária na Íntegra	2

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS LEGISLATIVOS**PROJETODELEI****PROJETO DE LEI Nº 041 DE 2012**

Declara de Utilidade Pública a Ordem dos Ministros Evangélicos de Roraima — OMER, no âmbito do Estado de Roraima.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA DECRETA:

Artigo 1º - É declarada de utilidade pública à Ordem dos Ministros Evangélicos de Roraima – OMER, com sede no Município de Boa Vista.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões, 11 de Setembro de 2012

Deputado Rodrigo Jucá

JUSTIFICATIVA

A Ordem dos Ministros -Evangélicos de Roraima - OMER, instituída em 29 de novembro de 1999, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Boa Vista.

A OMER foi criada com o escopo de promover a assistência social, cultural, profissional, jurídica, médica e odontológica aos seus membros, e comunidade em geral. Sempre se pautando no respeito aos preceitos religiosos e observância a nossa Constituição Pátria.

Cabe salientar que, mesmo desvestida do manto da utilidade pública estadual, esta é responsável por um dos maiores eventos populares de nosso Estado.

A Marcha para Jesus já é reconhecida pelas pessoas como parte inerente de nossa cultura, tanto que, nos idos de 2009, recebeu o reconhecimento oficial do Município de Boa Vista, sendo declarada como patrimônio cultural de Boa Vista (Lei Municipal 1.197/091). Sendo merecido o reconhecimento oficial, porém este foi fruto meramente do clamor popular.

Outrossim, a referida Ordem possui papel fundamental no Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas em Roraima, o CONEAD, participando com afinco na formulação do Pacto Estadual de Enfrentamento ao uso de Drogas. Se somando a isso, a Ordem possui cadeira cativa no Conselho da Comunidade da Comarca de Boa Vista, participando com afinco e dedicação das providências e objetivos do mesmo. Merece registro, também, que a ordem possui diversas outras atividades, tanto em forma de programas quanto dispersas, que objetivam o bem comum.

A entidade acredita que a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual I irá proporcionar condições mais favoráveis para que

possa promover melhorias, tanto quantitativas, bem como qualitativas, nos serviços comunitários que veem executando de forma primorosa.

Nesta oportunidade procedemos à juntada dos seguintes documentos: Estatuto Social, Circular SEJUC/CONEAD/OFÍCIO N 03/12e Ofício161/2012/VR3C/GAB.

Diante o exposto, apemos as Senhoras e Senhores Deputados, que apreciarem a rápida tramitação e aprovação da presente propositura.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2012.

Deputado Rodrigo Jucá

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2141ª SESSÃO, EM 04 DE SETEMBRO 2012.

44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia quatro de setembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quadragésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Chicão da Silveira**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Projeto de Lei s/n, de 31/08/12, de autoria da Mesa Diretora, que cria o Centro de Informações e Memória da Assembleia Legislativa e da Fundação Rio Branco, e dá outras providências.

- Indicação s/n, de 29/08/12, do Deputado Brito Bezerra, indicando a recuperação da estrada de acesso à Vicinal II Sumaúma, no município do Cantá (BR-174).

- Indicação s/n, de 31/08/12, do Deputado Brito Bezerra, indicando a recuperação da estrada de acesso à Vicinal Sumaúma, no município de Mucajaf (BR-174).

- Memo nº 080/12, de 31/08/12, do Deputado Brito Bezerra, solicitando que desconsidere a indicação s/n do dia 29/08/12, que se encontra com erro material.

- Proposta de Emenda Constitucional s/n, do Deputado Rodrigo Jucá, acrescenta-se o art. 20-G à Constituição do Estado de Roraima, que versa sobre as modalidades de ingresso nas Companhias Estaduais.

- Indicação s/n, de 29/08/12, do Deputado Brito Bezerra, indicando a recuperação da estrada de acesso às Vicinais I e II da Vila Campos Novos, no Município de Iracema (BR-174).

EXTERNOS:**TRIBUNAL DE JUSTIÇA:**

- Ofício nº 168/12, de 29/08/12, encaminhando minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a Organização do Quadro do Pessoal e o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Estado.

DIVERSOS:

- Carta Circular 043/12, de 23/07/12, do Lions Clube Internacional Distrito LA-1, que respeitosamente coloca-se à nossa disposição para contatos junto a esse órgão, para que no futuro próximo possamos contribuir com nossos serviços voluntários e desinteressados.

- Ofício Circular 023/12, de 14/08/12, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, encaminhando material de divulgação da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

- Ofício nº 435/12, de 27/08/12, do Ministério Público de Contas, encaminhando Projeto de Lei Complementar, relativo à Organização, Atribuições e Estatuto do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.

- Ofício nº 20/12, de 28/08/12, da Comissão Multiprofissional da Saúde, que sensibilize com o clamor das categorias da área da Saúde. Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsner Renier) – procede à chamada.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Antes de passar a palavra aos Senhores Deputados, queria chamar atenção dos Senhores Deputados que a Mesa Diretora tem sido complacente, democrática com relação a alguns itens do Regimento Interno, porém, diante das reclamações ocorridas, de vez em quando, sobre o excesso de não se respeitar o Regimento Interno, a partir de hoje vamos aplicar as determinações do Regimento Interno com a frieza das letras que o compõem.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ocupo esta tribuna para relatar os fatos ocorridos no município de Iracema no final de semana. O prefeito daquele município tentou espalhar à opinião pública de que eu havia tentado arrombar a prefeitura de Iracema. Primeiro, esse não é o papel de um parlamentar, mas a função do parlamentar é fiscalizar a coisa pública. Quando eu fui chamado na minha casa pelos vereadores de que a polícia militar não permitia que se adentrasse na prefeitura, o meu dever, como Parlamentar, era acompanhar os vereadores para verificar a situação em que se encontrava aquela prefeitura. Dizer que a preocupação é de arrombar as portas, é ao contrário, a minha função ali era preservar o patrimônio. E ao chegar lá, o major Antero me disse que ninguém entraria na Prefeitura. Então, disse a ele e ao Coronel Eriberto por telefone que eu iria adentrar, porque ali eu tinha a minha imunidade parlamentar e gostaria de verificar a situação do patrimônio público no interior da prefeitura, Deputado Flamarion, e pedi ao Major que me acompanhasse para verificar. Era simplesmente isso que queria saber, pois era um pedido da presidência da Câmara, mas fizeram um carnaval, passei uma hora conversando com o Major, dizendo a ele que eu iria entrar, se ele não permitisse, que me prendesse, pois não iria reagir, mas estava ali cumprindo o meu dever de Deputado Estadual. Agora, o que está ocorrendo, a verdade seja dita, há mais de seis meses, que a Câmara vem pedindo, através de requerimento, informações sobre todo tipo de corrupção que ocorre naquela Casa. Deputado Flamarion, para o senhor ter uma ideia, tem processo no valor de 276 mil de aluguel de caminhão de uma pessoa, o cidadão não tem uma bicicleta, sequer, mas tem aluguel de van, tem processos com dispensa de licitação em um dia, de 32 mil para empresa da tia da Primeira Dama. É o absurdo dos absurdos que está se cometendo em Iracema. No mesmo dia, 02 de janeiro, tem esses processos para as empresas da tia da primeira dama, mas tem processo também para o tio, para o irmão da primeira dama.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Vossa Excelência tem conhecimento se a Câmara de Vereadores tem encaminhado esses documentos ao Ministério Público, se por ventura envolver verbas federais para o Ministério Público Federal, ou a Câmara ainda não tomou nenhuma providência sobre isso?

O Senhor deputado Joaquim Ruiz continua. - A Câmara tomou todas as providências, encaminhou ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, que está auditando a Prefeitura, mas a Câmara não recebe retorno sobre os requerimentos que foram feitos para que ela tenha esses processos na mão, ele não informa desde o ano passado. A Câmara vem pedindo informação da Prefeitura desde 2009, agora está se tocando aquilo ali como se fosse tipo “olha aqui é distribuidora Nakaiama que tudo pode e aí ficam dizendo à opinião pública que eu deixei as obras de Iracema inacabadas. A rodoviária funcionou, as obras ficaram deterioradas pelo abandono pelo atual gestor. Essa é que a verdade.

Ouçõ o Deputado Brito com atenção.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Joaquim, Vossa excelência levantou uma questão muito importante. Também estou muito preocupado com a situação do município de Iracema, cuja política tenho acompanhado, quanto à falta de administração e de compromisso do atual prefeito, Senhor Rarisson, do PR e apoiado pelo Governador do Estado, é candidato à reeleição. Tenho acompanhado aquela campanha, inclusive por conta dessas licitações fraudulentas e esses recursos que estão entrando lá de maneira indevida, totalmente

irregular. Ele está dizendo que vai comprar os votos do povo de Iracema, custe o que custar, para se manter na prefeitura, talvez para encobrir todas as irregularidades, praticadas por ele.

Eu soube que Vossa Excelência esteve lá, deu apoio à Câmara. O Senhor esteve lá juntamente com Jairo e outros vereadores, mas não foi possível adentrar na prefeitura, enfim, está tudo errado, enquanto tudo isso acontece, estive agora na vila de Campos Novos, nas vicinais 02 e 03, que estão totalmente intrafegáveis. A vicinal 02 foi feita com recursos próprios do Raimundo, recursos que obteve com a venda de reses, mandou fazer estrada e pontes, e o Governador sequer ajudou com um pedaço de madeira. As outras vicinais estão totalmente abandonadas. Campos Novos tem uma viatura da Polícia Militar que está totalmente quebrada, policial que nem lá anda, não existe eletrificação, pois está totalmente danificada, o asfalto que estão colocando é sonrisal, está todo estourado. Apresentei agora indicação para recuperar as vicinais 02 e 03, encaminharei um oficial ao Comandante da Polícia Militar para mandar mais dois policiais e uma viatura, por conta desse abandono todo, estão surgindo galeras. Onde tem 1300 habitantes, existem jovens andando com facão, porque não tem policiamento.

Então, Vossa excelência está de parabéns pela sua atitude adotada na sexta-feira, quando houve o afastamento do prefeito Rarisson que está agindo de má-fé e surrupiando o dinheiro do povo de Iracema. Parabéns a Vossa Excelência. Estou acompanhado, e muito preocupado com a situação do município por conta desses maus feitos do Senhor Prefeito Rarisson com apoio do Governador do Estado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua – Pasmee Deputado Rodrigo, como as coisas estão em Iracema. Este ano mais de 100 alvarás para táxi foram expedidos. Se contar todos os carros, carroças, jumentos não dá 100. Agora, houve o colúio entre a prefeitura e o vereador Nilson que comanda o DMTRAN de lá, pegou 250 reais de um cidadão, como primeira entrada para parcelar o IPVA, está aqui assinado por ele, mas não saiu o parcelamento. O cidadão veio aqui, e aí está a dívida para ser parcelada. Deputado Rodrigo, estou levando isso aqui para o Presidente do DETRAN, para que ele tome medidas energéticas. Isso ocorre diariamente em Iracema, mas só cinco pessoas tiveram a coragem de me trazer informações sobre o que está existindo, onde se libera alvará de táxi lotação pela Cooperativa. Esse cidadão não poderia estar liberando, ele não deixou de ser Presidente da Cooperativa, portanto, ele não pode continuar na eleição. A minha coligação já entrou na justiça denunciando que ele não saiu da Presidência, continua expedindo alvará, e comanda SINETRAM na maior corrupção que já existiu no Município de Iracema.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, bom-dia a todos.

Senhor Deputado Joaquim, o assunto que Vossa Excelência expõe é da mais alta gravidade, são fatos que merecem ser apurados, tenho certeza que o Presidente do DETRAN vai tratar esses fatos com maior rigor, depois de comprovados pelas vias devidas, tenho certeza que essa pessoa deve pagar pelo que está fazendo. Com relação à política de Iracema, Deputado Joaquim, enalteço a atitude da Câmara de Vereadores, que tomou uma posição que já devia ter tomado antes diante desses fatos, pena que a Câmara de vereadores deixou para tomar somente agora. Se esses desmandos estavam acontecendo na Prefeitura de Iracema, que é uma Prefeitura pequena, não é possível que se permita que o Prefeito continue fazendo o que quer dentro de um município. Tive oportunidade, duas semanas atrás, de participar no município de Iracema, de um evento político do nosso candidato a Prefeito, fiz questão de acender na mente da população de Iracema um alerta, fazendo comparação entre os municípios de Iracema hoje como estão os seus municípios vizinhos Mucajaí e Caracará. Mucajaí e Caracará são dois municípios canteiros de obras, receberam drenagem, receberam habitações, abastecimento de água, realizaram um número imenso de obras, com apoio político dos parceiros dos prefeitos. Iracema foi o único município que ficou para trás, tão somente pela incompetência do Prefeito, pela falta de gestão e habilidade política do Prefeito. Então, não dá para continuar assim. A escolha política vai caber à população de Iracema. Agora, no que diz respeito a essas denúncias graves, como disse Vossa Excelência, a Prefeitura parece que virou uma distribuidora pra família, isso tem que se apurado com a maior diligência e maior rigor possível, e dizer, inclusive, que é fundamental pela postura que a justiça vem tendo, que a Câmara dos Vereadores busque afastamento do Prefeito via justiça, a justiça tem combatido os afastamentos precários que as Câmaras têm feito. E se gente quiser consertar essa situação de uma vez por toda, é importante que a justiça mantenha e determine o afastamento do Prefeito. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz Continua – Deputado Rodrigo, o vereador Nilson que faz esse tipo de coisa, ele nem poderia estar exercendo esse cargo no DETRAN, esse cidadão já foi preso por tentativa de sequestro aqui na Jaime Brasil, temos que ter cuidado com a coisa pública, a matéria que li, sobre esse cidadão saiu na Folha de Boa Vista. Essas pessoas tentam ir para praça pública de Iracema e dizer que a Prefeitura está nessa situação por minha culpa, eu deixei de ser Prefeito de Iracema há oito anos, se as obras estão abandonadas, quem conheceu o “Eco Parque” daquela época, hoje não existe, que está no chão, o atual gestor quer me culpar pela incompetência dele de não dar manutenção para obras. São essas coisas que estão acontecendo no município de Iracema, que eu não poderia deixar de registrar a situação caótica do município de Iracema. Quero deixar claro também, que a atitude que tomei, como parlamentar, não tem vínculo político. O meu candidato em Iracema é do PV, Rômulo, e o candidato do PMDB, Presidente da Câmara é o Jairo, mas eu tenho que discernir as coisas, tenho que ser parlamentar de um lado ou de outro, defendendo o interesse público. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu volto à Tribuna hoje para abordar um assunto que considero importante, como o tempo me permite, não vou polemizar até porque não disponho de todas as informações em mãos, como o Deputado Joaquim. O Vereador Nilson deve estar no seu terceiro mandato, ele e o Deputado Joaquim são adversários ferrenhos e históricos. E é lamentável que venha trazer o assunto em plena campanha política. É o que eu tenho a lamentar também da posição da Câmara de Vereadores que transforma um fato que deveria ser administrativo judicial, num fato político. Isso não edifica nem constrói para a democracia, se formos ver a verdade o que pode estar ocorrendo é o que ocorre na política a criatura sempre se volta contra seu criador. E o Prefeito Nakaima foi colocado na Prefeitura pelo Deputado Joaquim. Então, tudo isso tem que ser levado em conta, uma vez que estamos em plena campanha política, portanto não é o momento adequado para tratar essa situação, até porque a justiça agiu rápido. Então, eu vou me reservar o direito de aguardar maiores informações para se for o caso, responder ou então aconselhar o Vereador para que use o recurso que lhe cabe como cidadão e homem público nesse Município.

Mas, o assunto que eu quero colocar aqui, diz respeito a todo cidadão que vive em Roraima, a nós, Deputados, aos funcionários desta Casa, a plateia que nos prestigia nesta manhã. Embora se trate de assunto velho mas extremamente atual do qual dependem, inclusive, os projetos importantes que deram entrada nesta Casa. E a nós, temos como Parlamentares, cabe o dever de aprová-los. Trata-se, como sempre, quase eterna questão do direito do Estado de Roraima explorar, extrair, as riquezas que o solo lhe confere para, a partir daí, desenvolver a sua economia. Mais uma vez nós chegamos a um novo impasse que, ao meu ver, comporta um grande risco. No pronunciamento anterior falei da questão das veredas, quanto a este termo até tenho que pesquisar no dicionário para saber de onde os ecologistas o tiraram. Prevenimos aqui que esta Casa deveria se mobilizar, e esta Casa agiu, fez a sua parte. Mas, o resultado disso não foi lá tão satisfatório de modo a nos tranquilizar. É possível que outros parlamentares tenham outras informações, mas parte dela foi pública. A Comissão especial do Congresso recebeu e acatou as sugestões não só desta Casa, mas de outros segmentos de estados da federação. E, em nome de um acordo com as lideranças do Governo, foi colocada uma Emenda na Medida Provisória que atenuaria o efeito devastador das veredas que, se levada ao pé da letra, nos deixariam com menos de 20% dos nossos lavrados com capacidade de serem explorados com piscicultura, pecuária e outras atividades.

O que ocorre é que foi de domínio público a reação da Senhora Presidente, que, através de um bilhete, dava um pito nas suas duas principais Ministras, plagiando o ex-Presidente Lula de que o mesmo não sabia de nada. E havia sido feito esse acordo com a Comissão Especial por essas duas Ministras.

A senhora Ministra do Meio Ambiente que até então, havia passado uma imagem de uma pessoa comprometida com a sustentabilidade, disposta a entender aquilo que era ou não justo, de repente, descarrega o seu mau humor em cima de um técnico nosso que lá foi convocado pela nossa representação parlamentar para levar subsídios e sugestões, dado a sua experiência. Estou me referindo ao Doutor Daniel Gianluppi, que compareceu lá, cumpriu o seu dever, entregou os subsídios à comissão. Mas, até aí, é o dever dele como cidadão, representando Roraima, em quem acreditamos e sabemos da sua competência, qualificação e bom senso. A partir desse momento,

se era acordo ou não, a responsabilidade passaria a ser dessa Comissão Especial que acatou, e não do Doutor Daniel. Mas, foi presenciado pelas duas maiores autoridades do nosso Estado a solene descompostura que ele levou da Excelentíssima Ministra. A minha preocupação está relacionada com o fato de estarmos em plena campanha eleitoral com os nossos parlamentares federais também envolvidos nela. E, de repente, poderão ser chamados para votações de relevância, de urgência, e vamos, que de repente, ocorra aprovação da medida provisória com o texto original, sem que seja acatada a emenda que foi colocada, nós estaremos dando todas as condições para que a Prefeitura sancione e, de uma vez por todas, acabe com a festa de Roraima. Acabe com a nossa possibilidade de explorar de uma forma justa e necessária as nossas riquezas naturais. Concedo um aparte ao Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio-Deputado Erci de Moraes, Vossa Excelência, como sempre, traz esse tema, demonstrando que, até pela sua forma técnica, está sempre preocupado com a questão do nosso desenvolvimento, que não temos outro caminho, outra alternativa, a não ser tirarmos a nossa riqueza do nosso solo. Conversei, pela manhã, com o Senhor Daniel Gianluppi a respeito dessa questão, e até ele estranhou, Deputado Erci, porque os membros da Comissão, cuja maioria era da base governista, estavam lá os Senadores Luiz Henrique e Rodrigo Rollemberg; alguns Deputados que compõem a base do Governo. E no entendimento dele, havia essa composição com o próprio Ministério do Meio Ambiente para essa matéria ser aprovada na comissão deveria ser aprovada por unanimidade. O que eu acho que não está se respeitando é o direito democrático. É a democracia dos parlamentares decidirem de acordo com as suas consciências, depois de audiências públicas, depois de ouvirem técnicos, como o Doutor Daniel Gianluppi. Houve um amplo debate, um amplo entendimento, e não cabia à Ministra Isabela Teixeira passar descompostura no Doutor Daniel que foi lá apenas prestar esclarecimentos, tirar dúvidas daqueles parlamentares já que o assunto era extremamente técnico. Se tivesse que passar alguma descompostura seria nos seus aliados, seria naqueles que compõem a base aliada do Governo que precisa realmente demonstrar que tem independência e que vai votar de acordo com a sustentabilidade, mas atendendo aos anseios do povo brasileiro como um todo, já que o Código Florestal é um documento para o País inteiro, atendendo algumas peculiaridades regionais já que Roraima foi tão penalizado com a questão da Raposa Serra do Sol, onde perdemos quase todas as nossas terras produtivas. Agora, o pouco do solo que nos resta, querem nos impedir de desenvolver o lavrado. Portanto, Vossa Excelência está de parabéns. A sugestão que damos é que sejamos vigilantes pelo menos em relação aos nossos parlamentares da nossa Bancada Federal, os Senadores Romero Jucá, Ângela, Mozarildo, que eles juntamente com os oito Deputados Federais se empenhem tirar, junto ao Governo, essa dúvida para que o Governo não trabalhe mais contra o Estado nessa questão. Eu agradeço a Vossa Excelência pelo aparte, e o parabenizo pelo discurso tão importante.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Eu peço que seja inserido no meu discurso a contribuição do Deputado Ionilson. E, para finalizar as minhas colocações deixo um apelo veemente aos colegas, à Casa, à imprensa, aos segmentos que representam a escala produtiva e a sociedade em geral para nos manter vigilantes e atentos. Acho que, no mínimo, está Casa deveria se manifestar mais uma vez em contato diretamente a Bancada Federal para que os nossos onze parlamentares, colocassem nas suas agendas e nas suas preocupações, enquanto tramita essa medida provisória para que seja aprovada e sancionada sem veto. E que permaneçam atentos, que coloquem Roraima como prioridade acima de tudo as divergências políticas e pessoais pois este é o nosso momento, ou ultrapassamos essa barreira que há tantos anos, vem desde a emancipação do Estado atrapalhando o seu desenvolvimento, ou corremos o risco de quando nos darmos conta estarmos impossibilitados de desenvolver o nosso Estado completamente engessado.

Então, Senhor Presidente, acho que esta Casa deveria encaminhar um expediente, assinado por todos os Senhores Deputados, ao Deputado Luciano de Castro pedindo essa atenção especial para que não sejamos colhidos de surpresa. Ensina-nos um adágio popular: “É melhor prevenir do que remediar”. Eram essas as colocações que eu gostaria de fazer. Muito obrigado.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsner Renier) – procede à chamada.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados, a Assembleia Legislativa, senhoras e

senhores, tem feito nestes dezoito, dezenove meses, algo que considero muito louvável, quanto à realização, por exemplo, do seminário sobre a saúde pública de Roraima, e temos aqui o relatório do que foi discutido naquele seminário, que apresentou maior participação, onde os grupos de trabalho mais debateram, mais trocaram ideias, enfim está aqui o resumo de toda a discussão processada naquele seminário. E, um dos pontos fundamentais colocado naquela ocasião, foi a elaboração do Plano de Cargos, Salários e Carreira dos trabalhadores da saúde, porém, passado um ano após a aprovação da Lei 809 de 04 de julho de 2011, quando este poder deu um prazo de um ano para que os aprovados em processo seletivo pudessem trabalhar até a realização do concurso público. Isto está escrito na Lei, lembro que na época o Deputado Joaquim Ruiz ajudou a organizar, e o Secretário Leocádio aqui estava presente. Em julho de 2011, a Assembleia deu à Secretaria de Saúde, ao Governo do Estado, a possibilidade, após pressão do Ministério Público, após TAC assinado com Ministério Público de que os trabalhadores efetivados pudessem desenvolver suas atividades por um ano. Pois bem, passado esse ano, não chegou aqui o Plano de Cargos e Salários e Carreira dos Trabalhadores de Saúde, sequer o que está na Lei foi cumprido. Agora, passado um ano, em julho de 2012, aprovamos a Lei 888, de 18 de julho de 2012, que concede novamente um ano para que os trabalhadores da saúde continuem desenvolvendo suas atividades lá, mesmo sendo em caráter temporário, através de processo seletivo. Então, quero dizer com isso, que as coisas aqui postas, a Assembleia fazendo seu trabalho, discutindo com a sociedade, colocado em relatório, mas, infelizmente nada foi cumprimento do que está aqui, sequer o que é básico, o essencial foi cumprido. Agora, chega aqui uma Lei para conceder o reajuste de 150% de aumento aos médicos. E, quanto a isso, confesso a vocês, mesmo com esses 150%, o salário ainda é muito baixo, o médico depois do aumento vai ganhar onze mil reais. Por que considero um salário baixo? É que, enquanto um Procurador do Estado está ganhando vinte e seis mil, um Delegado está ganhando dezoito mil, um Defensor Público está ganhando dezesseis mil, por que então um médico, que trabalha dia e noite, que lida com vidas tem que ganhar menos que esses outros profissionais que só trabalham até uma e meia da tarde? Será que é justo? Será que nós estamos sendo justos com os próprios médicos? Mas, o que lamento é que essa proposta não veio para cá no esboço global, no esboço que contivesse todas as categorias, ela veio pontualmente para o médico. A saúde é feita pelo conjunto, pelo grupo, por equipe, não apenas por um profissional. Falo aqui com toda tranquilidade, tenho uma filha médica, fazendo uma segunda residência, e vai voltar para cá. Tenho um genro médico que também está concluindo a segunda residência e vai voltar para cá, tenho uma sobrinha médica, que também vai voltar para cá. Portanto, não posso olhar minha árvore, tenho que olhar a floresta, defender os interesses de todos e não apenas de alguns. A Deputada tem dois filhos médicos, o Deputado Célio Wanderley é médico e tem filho médico. Portanto, neste Plenário tem pessoas, cujos familiares são profissionais do ramo da medicina, mais especialmente, médicos que com certeza irão defender seus trabalhos aqui, mas, nós defendemos que não só o médico ganhe bem, que os outros profissionais da saúde também ganhem bem, porque salvam vidas. No entanto, defendemos que seja em um Plano de Cargos e Salários amplos, que atenda a todos. A minha preocupação, Deputado Joaquim, se demonstra através das duas Leis, além do relatório que Vossa Excelência ajudou a elaborar, quando aprovamos a lei de 2011, com prazo de um ano para que o Governo fizesse o concurso público, porém o Estado não honrou. Aí, aprovamos outra, dando mais um ano, agora em julho de 2012, e o Estado sequer mandou. Então, a minha preocupação é que a gente discuta e aprove esse projeto que atende só médicos, enquanto os demais profissionais fiquem de fora, esquecidos, deixando a saúde entrar no caos. Precisamos discutir a questão conjuntamente para todas as categorias.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Flamarion, cumprimento os demais Deputados, os trabalhadores da saúde aqui presentes, vou até ser repetitivo, pois Vossa Excelência já falou, que, mais uma vez o Governo do estado, o Executivo, envia para esta Casa proposta de Lei tratando da carreira do servidor, sem prévia discussão com a categoria. Através desse ato percebemos a vontade do governo em segregar boa parte dos servidores, privilegiando uma minoria. Aconteceu assim com os procuradores, com os delegados da polícia civil, recentemente, e está sendo assim novamente com a classe médica. Não que os médicos não mereçam, pelo contrário, merecem receber bem, merecem motivação, incentivo ao bom trabalho nos nossos hospitais, tanto na capital quanto no

interior, sem esquecer que os demais profissionais também merecem receber bem e merecem atenção. Percebemos a falta de discussão por parte do Secretário, encaminhando para cá um projeto que atende só a classe médica, e criando uma expectativa de discussão para o Plano de Cargos e Salários que não foi discutido como deveria, através de uma comissão paritária formada pelos trabalhadores e gestores públicos, simplesmente o Secretário diz que conhece tudo, que contratou uma empresa, e vai encaminhar para esta Casa uma minuta, mas, não é dever desta Casa discutir minuta. Caberia sim, a essa Comissão paritária, enviar proposta para esta Casa. E nesta proposta estariam contemplados inclusive os médicos, não podemos mandar duas leis diferentes, isto é uma tratando dos demais servidores, a outra da classe médica, significa que, quando vier para cá, essa proposta, boa parte do orçamento da saúde já vai estar comprometido, com certeza, para atender a classe médica. Por que não fazermos uma discussão envolvendo toda a categoria, inclusive, ouvindo e respeitando a classe médica, através de suas entidades. Então, tenho conversado bastante com os trabalhadores da saúde, que têm uma Comissão formada por muitos profissionais da saúde. E os conselho para se organizarem, virem para a Assembleia e encherem a cidade de out doors, pedindo apoio à sociedade civil organizada. A intenção do Governo é clara, desde o primeiro dia do mandato, o atual Governador vem cometendo esses equívocos na política salarial dos servidores como um todo. E agora, a bola da vez é a saúde. Nós nos colocamos à disposição para contribuir com vocês, incentivando os trabalhadores da saúde para se mobilizar de maneira efetiva para participar desta discussão.

Aparte concedido à Deputada Aurelina Medeiros – Fica até difícil entender a proporção que tomou esta discussão, porque não se trata de Plano de Cargos e Salários, não chegou nesta Casa. Nós concordamos com o Deputado Sampaio de que essa proposta já devia estar aqui, certamente vai chegar, dentro do compromisso assumido, de que até final do ano a proposta chega aqui na Casa, tem que ser discutido sim, não tenham dúvida disso. Não existe Plano de Cargos e Salários para metade dos servidores, é até ingênuo a gente pensar isso. O Plano de Cargos e Salários que vier para cá contempla todos os servidores da saúde, médicos, não médicos, todos. Acho que vocês conhecem a Lei 598 de 2007. E como todos sabem, a maioria dos médicos de Roraima é contratada pela Cooperativa, cerca de 400 médicos, não recebem por essa Lei, não tem regime de servidor efetivo, esses médicos são cooperativados, portanto, nenhum médico desses pode receber qualquer gratificação, eles recebem pelo sistema de cooperativa. Não existe opção. Todos podem ler a Lei, que é clara, há uma Lei criada em 2007, que atinge cerca de 101 médicos efetivos que já recebem 150% de gratificação, recebem, hoje, os médicos concursados. Há um impedimento, hoje, de quem é dedicação exclusiva, a Lei diz que fica proibido de prestar outro serviço que não seja aquele da dedicação exclusiva, isso está fazendo com que os dois neurocirurgiões concursados que tem no Estado peçam afastamento; os cardiologistas também, quer dizer, está tirando do Governo os poucos especialistas que tem. Então, não está se criando cargo, eles já existem, a remuneração já é paga para os servidores efetivos. Está aqui a Lei, e não trata dos 350 médicos cooperativados, não tem nada a ver. Isto aqui não é matéria de Plano de Cargos e Salários, quando vier para cá, vai vir a carreira de médico também, para ser discutida no Plano de Cargos e Salários. Então, estamos criando uma coisa que vai extrapolar nosso poder de fazer, de estar discutindo em cima de uma coisa que não está sendo criada, que já existe. É diferente de vários casos que já ocorreram aqui com a anuência de muitos. Gostaria de dizer que vaias não me intimidam, o que me assusta é a falta de conhecimento das pessoas que dirigem as organizações de classe, isso me assusta. Obrigada.

O Senhor Deputado Flamarion Portella - Deputada Aurelina, concordo em grau, gênero e número com as palavras de Vossa Excelência, só não compreendemos por que essa proposta não veio no conjunto global do Plano de Cargos e Salários e Carreira, nada mais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Flamarion, quanto à minuta do Plano de Cargos e Salários, tenho participado assiduamente das reuniões. A dificuldade em fazermos o Plano de Cargos e Salários da Saúde é por tratar-se de um tema complexo demais, só na área da odontologia, são doze especializações. Então, chegamos a um acordo de que não dava tempo. Os sindicatos ligados à área de saúde questionavam a sua não participação. Então, estabelecemos entendimento com a Comissão de Saúde para que trouxesse uma minuta para esta Casa, onde todas as classes discutissem em cima do orçamento, ainda há tempo para fazermos isso. A minuta

está na Comissão de Saúde à disposição de todos os sindicatos, há mais de um mês, para que eles marquem audiência pública com a nossa Comissão, para que se discuta aquilo que é melhor para cada um dentro das possibilidades orçamentárias do Estado. Então, está aberto, este é o sistema na democracia, onde somos a porta que mais batem, mas essa é nossa função. Ainda hoje, às dezesseis horas, nós marcamos uma audiência pública com eles para que eles comecem a discutir efetivamente o Plano de Cargos e Salários. Esse problema que está acontecendo agora, o caso do DEA, acaba o DEA, porque médico diz que está fazendo quarenta horas, mas eles sabem que o médico não dá quarenta horas, o médico pega vinte horas e não dá vinte horas. Está se procurando fazer a regulamentação, porque eles sabem também, que a cooperativa acabou, é uma decisão judicial, o prazo termina agora em outubro. Vamos ter que tomar medidas amargas, muitas vezes, contra nossa vontade, mas temos que resolver o problema da saúde ainda este ano. Então, estou compartilhando de uma forma geral com todos os segmentos que fazem a saúde pública, o que me preocupa é buscar uma solução ainda neste exercício para valer para o próximo. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado Flamarion, entendi perfeitamente as colocações da Deputada Aurelina, mas o que se tira de conclusão disso? Que o Governo vem agindo sempre com medidas paliativas, administrando a conta-gotas de acordo com a demanda que lhe é exigida. Ele enviou esta proposta da gratificação dos médicos, GAM, acabando com a dedicação exclusiva. Segundo o Secretário de Saúde, por recomendação do Ministério Público, mas, ora, se na nossa Comissão já existe o Plano de Cargos e Carreira e Remuneração, para ser discutido com todas as categorias, inclusive, médicos. Qual a necessidade de se mandar antecipadamente um projeto beneficiando apenas os médicos com a gratificação de 150% dos vencimentos, se nós estamos com a minuta nesta Casa, discutindo a remuneração de todos? Por que, então, temos que resolver de forma antecipada a questão da remuneração dos médicos? Acho, o que o Secretário de Saúde, e o que o Governo deveriam ter feito é ir ao Ministério Público, já que ele alega que é o Ministério Público que está exigindo isso, e dizer: Senhor Procurador, nós já enviamos para Assembleia Legislativa a minuta do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, e a questão da dedicação exclusiva dos médicos vai ser resolvida porque ela já está sendo discutida no Plano de Cargos e Carreira junto com todas as categorias, que inclusive não foram ouvidas na construção dessa minuta. Se eles tivessem feito isso, não haveria necessidade nenhuma de se enviar a esta Casa uma coisa que já estaria inclusa na minuta a ser discutida com as categorias, qual a necessidade de se fazer as coisas por etapas? Atendendo a conta-gotas como acabei de dizer. Então, não tem necessidade nenhuma de se fazer isso. Nós estamos aqui abertos, faço parte da Comissão de Saúde, que é extremamente democrática, inclusive quero parabenizar o Presidente da Comissão, Deputado Joaquim Ruiz, pois temos buscado ouvir todas as categorias desse segmento. Agora, concordo com Vossa Excelência, quando diz que não há necessidade nenhuma de discutirmos esse assunto agora. Há necessidade sim de discutirmos o Plano de Cargos e Carreira dos Trabalhadores da Saúde.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputado Flamarion, agradeço a oportunidade do aparte, e, para contribuir com o debate e corroborando com os que me antecederam já disseram. Estamos presenciando aqui, Deputado, é aquela velha questão do mérito sendo prejudicado pela forma, nenhum dos que me antecederam se colocaram contrários a aumento para nenhuma categoria, ninguém, até porque a gente sabe que os bons profissionais estejam onde estiverem, devem ter bons salários, as boas condições de trabalho e o respeito ao trabalhador. Mas, esse projeto está sendo prejudicado nesta Casa justamente pelo fato de ter sido mandado sozinho para cá. Não vejo clima na Assembleia para que este projeto seja aprovado. Se tentarmos votar o projeto, não sabemos qual o fim que esse projeto vai ter. Acho que a gente precisa esperar chegar o plano de cargos, esse projeto se não foi discutido com as demais categorias, sequer foi discutido com esta Casa, temos pouquíssima informação a respeito desse projeto, não sabemos inclusive o que ele significa de impacto financeiro perante o orçamento total da Secretaria de Saúde.

Então, é precipitado a Assembleia avaliar a questão financeira, de forma fatiada, especialmente no ano em que houve tanto aumento de despesa por parte do Executivo.

Então, quero aqui mais uma vez dizer que não sou contra o mérito do projeto, sou contra a forma como a questão está sendo discutida, de maneira isolada, sem que a gente dê oportunidade às outras

categorias e demais trabalhadores se manifestarem e conversarem com a Assembleia. Então, não vejo nesse momento clima para que a proposta seja votada aqui na Assembleia. Obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Obrigado, Deputado, acho que o Senhor se posicionou de maneira muito clara, firme e evidente, o que nós queremos é que todos ganhem bem, o médico, o odontólogo, enfermeiro, o fisioterapeuta, todo mundo ganhe bem, ninguém quer que alguém seja privilegiado em detrimento de outros, nós queremos olhar o conjunto, o espírito de equipe, porque só esse espírito de equipe vai resultar numa saúde cada vez melhor.

Então, todos são importantes nessa engrenagem. O Michael Jordan foi um dos maiores atletas do planeta, ele dizia algo que é muito bonito, ele filosofou com o esporte. “Talento, ganha partida. Equipe, ganha campeonato”. Então, esse espírito de equipe é que a gente quer ver na saúde para que ela realmente ganhe o patamar que desejamos.

Portanto, agradeço o aparte de todos, agradeço a tolerância do nosso Presidente. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Ordem do dia, queria negociar com os Deputados o seguinte: sessão vai ser suspensa e volta à tarde, só que temos três matérias e vamos votá-las.

Requerimento de Interposição de Recurso contra o parecer de inconstitucionalidade da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de lei 086/11, de autoria do Deputado Jânio Xingú, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas vencedoras de licitação pública no âmbito do Estado de Roraima, a reservarem até 05% de total de vagas existentes na contratação de obras e serviços públicos aos sentenciados, e dá outras providências”.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Interposição de Recursos.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Requerimento de Interposição de Recursos).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão o requerimento.

O senhor Deputado Jânio Xingú – Senhor Presidente, a iniciativa de criar esse projeto, resultou de uma visita que a Comissão de Direitos Humanos à cadeia pública, no presídio do Monte Cristo, e estava eu e os Deputados Chagas, Dhiego e Soldado Sampaio e lá foi discutido uma das reivindicações das famílias dos presos ao poder público, em relação ao preso, quando em regime semiaberto ele não consegue emprego, porque a sociedade o rejeita. E como ele não consegue emprego ele volta para o mundo do crime. Eis aí uma discussão com a Secretaria de Justiça e Cidadania, com a Secretaria de Planejamento com o Doutor Amoras, é que eu cheguei a esse entendimento entrar com um projeto propondo às empresas, prestadoras de serviço para o governo, reservar até 05% de vagas para o sistema prisional, para empregar o preso em regime semiaberto para que ele possa ter uma oportunidade.

O projeto começou a tramitar na Casa, e a procuradoria deu parecer contrário, e esse parecer foi derrubado na Comissão de Constituição e Justiça. Agora ele volta a plenário para ser aprovado e começar a tramitar novamente no plenário e ser aprovado.

Então, peço aos meus pares para aprová-lo para que esse projeto volte a tramitar, pois é de grande importância para a sociedade de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em votação o Requerimento de Interposição de Recurso contra o parecer de inconstitucionalidade da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de lei 086/11, de autoria do Deputado Jânio Xingú.

Em discussão o Requerimento de Interposição de Recurso contra o parecer de inconstitucionalidade da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final ao Projeto de lei 05/12, de autoria do Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente demais Parlamentares, esse Requerimento é de minha autoria, propondo que os empresários, fornecedores do Estado, tenham os mesmos direitos às obrigações. Eles têm obrigações de pagar seus débitos fiscais em determinadas datas, 10, 20 e 30, enquanto o Estado não tem nenhuma obrigação de pagar na data, não tem nenhuma data obrigatória para que o Estado pague as suas faturas, por isso muitos precisam até fazer empréstimos em bancos, precisam pagar fornecedores fora, e ficam inviabilizados de manterem seus compromissos. Essa é a minha preocupação, como empresário, gostaria que o Estado também tivesse uma data para pagar seus fornecedores por data de chegada das faturas nas secretarias.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, submeto a matéria à votação. A

votação será nominal e eletrônica, votando sim estarão aprovando, e votando não estarão rejeitando. Solicito ao técnico do painel que faça a abertura do painel.

Dou por aprovado por 22 votos favoráveis.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 032/12, de autoria de vários Deputados, convocando a Diretora Presidente da CERR, os Secretários de Estado da SEFAZ, da SEPLAN, da SEINF e da Segurança Pública para prestarem esclarecimentos e apresentar Plano de aplicação dos recursos financeiros constantes da Mensagem Governamental nº 036, de 20/08/12 – Programa PROINVEST e, em conjunto, apresentar o instrumento que indique a capacidade de endividamento do Estado.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Requerimento nº 032/12.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Requerimento nº 032/12.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente nós já temos a relação de dez secretários para a convocação para vir aqui prestarem esclarecimentos, mas até agora não foi agendado, e temos prazo para esse projeto. Se for para convocarmos o secretário, e ficarmos aguardando aqui até novembro, se não aprovarmos esse projeto e dermos entrada no BNDES até o final do mês não teremos acesso a esse crédito, e não haveria repasse de absolutamente nada para o Estado. Então, sobre o que precisamos, os secretários poderiam dar esses esclarecimentos na comissão especial, e assim agilizaríamos esse processo na comissão, seria muito mais ágil do que trazer aqui para o plenário. Já estão agendados 5 ou 6 secretários que até hoje não vieram dar esclarecimentos. Peço aos colegas que revissem essa questão para chamá-los à comissão especial.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O procedimento proposto pelo Deputado Célio procede, é coerente, justo. Essa Comissão tem 07 membros, um terço do Parlamento Estadual, que a gente possa proceder essas audiências na Comissão, o nosso intuito é esclarecer a questão do dinheiro destinado à energia, o dinheiro que é destinado à Infra estrutura. Ouvi a declaração da cúpula da Secretaria de Segurança que esse dinheiro será para recuperar e construir delegacia. Fiquei confuso quando assisti a essa entrevista. Então, será melhor vir aqui esclarecer. O Renato vem com o Planejamento, também o doutor Aroldo para esclarecer exatamente isso, e o Secretário Orlando, muito bem lembrado pelo Deputado Erci, que é quem realmente trabalha com esses projetos especiais. Só queremos saber se o dinheiro vem, a sociedade vai ficar devendo, o que vai ser feito com esse dinheiro, nosso intuito é somente esse, e nada mais. Obrigado.

O Senhor Deputado Presidente (Chico Guerra) – Gostaria de pedir aos Senhores Deputados que assinaram o Requerimento, que retirem o Requerimento.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, o Requerimento, como está apresentado, pede ouvir a Secretaria da Fazenda, SEPLAN, SEINF, CER e outras instituições. Na verdade, eu acharia interessante convidar para a reunião o Secretário Orlando da Secretaria de Infraestrutura, que foi responsável por esse projeto. Então, ao invés de ouvir SEPLAN, SEINF, Segurança, todos esses órgãos, ouviríamos somente o Orlando para que ele pudesse esclarecer.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Na realidade, a gente quer saber. O arcabouço qual o objetivo na aplicabilidade desses recursos.

O Senhor Deputado Jalser Renier - Estou preocupado com o que Vossa Excelência acabou de citar. Temos Sessão todas terças-feiras segue pela parte da tarde, a Comissão já foi instalada.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Apenas, como sugestão, Deputado Célio Wanderley, já que se trata de recursos, e o Estado carece muito de investimentos, nós não podemos se dar ao luxo de demorar, seguir o ritmo como a Sessão está, esse Requerimento pode ser feito por uma exigência até verbal ao secretário Orlando para que faça um relatório geral desses investimentos e o encaminhe para nós.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, é porque a vinda do secretário pode até abrir o debate entre nós. Acontece que, às vezes pode ter um município que não está sendo beneficiado e tem uma estrada estratégica, por exemplo, e o outro pode estar sendo beneficiado sem ter prioridade. O papel do parlamento é de chamar o Secretário de Infraestrutura.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Requerimento nº 33/12 de autoria de vários Deputados, requerendo a criação da Comissão

Especial Externa para acompanhar o processo de liquidação do extinto Banco do Estado de Roraima – BANER, junto ao liquidante.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - (Lido o Requerimento n 033/12).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, a prerrogativa de acompanhar, todos os Deputados têm. Por que formar uma Comissão para acompanhar? Já temos a prerrogativa em qualquer licitação que quisermos acompanhar, pra que formar uma Comissão, pedir autorização para ir lá? O Deputado tem o poder de ir e fiscalizar.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, dentro da lógica do Deputado Célio Wanderley, e como Presidente da Comissão de Educação, tenho participado de, pelo menos, daquelas que podem ser mais polêmicas, as maiores licitações da Secretária de Educação, sem necessidade de criar Comissão Externa. Tenho participado ou qualquer outro membro da Comissão tem conhecimento das licitações públicas, assim como algumas licitações da saúde pública.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, mesmo entendendo as prerrogativas, como bem falou o Deputado Célio, gostaria muito que fosse respeitado como deveria ser, está no papel, está no Regimento e normas do nosso Estado, mas não funciona bem assim. O intuito é acompanharmos de perto, principalmente a questão do BANER e a questão do transporte escolar, que é o próximo Requerimento. Acho que só faz somar o que vem a contribuir. Tivemos a Comissão responsável para acompanhar e convidar autoridades para dar explicações, nesta Casa antes da licitação, durante e até depois. O intuito é dar maior transparência possível a essas licitações do Governo do Estado, principalmente do BANER e Transporte Escolar que está pra acontecer em breve.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, comungo com o Deputado Célio. Existe uma Comissão de Finanças nesta Casa, a própria Comissão de Finanças poderia ser responsável pela questão do extinto BANER, a própria Comissão de Educação, vai aprovar o próximo Requerimento. Como foi proferido pelo eminente Deputado Soldado Sampaio, não precisa de uma Comissão Especial para analisar a questão do transporte escolar. A própria Comissão de Educação, presidida pelo Deputado Joaquim Ruiz, tem o dever de fazer essa fiscalização. Então, se nós criarmos uma Comissão Especial para analisar uma atribuição que é da Comissão de Finanças, ou criar uma Comissão Especial para analisar uma atribuição que é da Comissão de Educação, nós estaremos desqualificando essas comissões. Então, é uma opinião, e eu gostaria que o Deputado Sampaio me ajudasse no desfecho desse Requerimento.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Solicito ao Senhor consultar o Plenário para colocarmos em pauta dois requerimentos, pois ambos versam sobre os mesmos argumentos. Dizer que não é cumprido e que o Deputado está fugindo da sua função, eu não tenho notícias de nenhum Deputado que, ao tentar acompanhar foi impedido por alguém. Criar comissão especial para esse fim significa ser redundante na função das comissões que já existem.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, só quero reforçar a ideia colocada pelo Deputado Jalser e a Deputada Aurelina. Por que precisamos de comissões especiais se temos Comissões permanentes para todos esses assuntos? Para que elas existem? Precisamos, acima de tudo, fazer com que as comissões permanentes atuem, funcionem, saiam do casulo. Criar comissões especiais que não levam a nada.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseja discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Solicito ao técnico que abra o painel para votação.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Encaminho a votação pela rejeição dos dois Requerimentos.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Declaro por rejeitado o Requerimento nº 033/12 por 14 votos não e 6 sim.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 034/12.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão, o Requerimento.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, quero chamar atenção da imprensa, da sociedade e dos Senhores Deputados sobre quão perigosa é a licitação do transporte escolar, que

é um dos maiores esquemas de apadrinhamento político. Estou dizendo isso, e abro mão de qualquer imunidade parlamentar que eu tenho para reafirmar o que vou expor. Temos percebido, na verdade, um favorecimento, apadrinhamento, direcionado a meia dúzia de pessoas ligadas ao governo que usa transporte escolar para captar recursos para diversos fins, que diga a comunidade do Taboca, da Samaúma, as vicinais de Rorainópolis. Transporte escolar na Samaúma tem 9 carros fretados, com pneus carecas, carros caindo aos pedaços, o carro que vai ser colocado para a revisão, no pátio de DETRAN é um, o carro que vai operar ali nas vicinais é outro. Estive, recentemente na Vila Samaúma, onde um tal de Ronaldo, Ronaldo ou Salomão, o ônibus sequer piso tinha, caindo aos pedaços. Eu entrei e tirei fotos do ônibus com as crianças. Um ônibus para duas, três rotas, precisaria ter dois, três ônibus mas o mesmo ônibus fazia esses trajetos, inclusive, as crianças saíam da escola às cinco horas, ficavam no cruzamento esperando o ônibus ir lá na outra vicinal queria um acordo com os proprietários de veículos para comprar nova frota, ônibus novos, transportes novos, que ia garantir, pelo menos, quatro anos de permanência dessas empresas. E agora, Deputado Flamarion, estão tentando alterar, colocar transportes com mais de 10 anos de uso, simplesmente para atender os empresários ligados ao executivo. É inaceitável, e sabemos, Deputado Chico Guerra, o que pode acontecer, daí a preocupação da Comissão Externa para acompanhar de perto. Essa história que Deputado tem prerrogativas, isso é balela, já aconteceu comigo dentro do Hospital Geral, com Deputado Brito, Deputado Dhiego, não fomos respeitados, como Deputados. Na licitação. Na terceirização, recentemente, de limpeza, da educação, estivemos lá acompanhando de perto, mas as informações eram negadas. Ouvimos muitos empresários batendo no peito dizendo que eram apadrinhados do político A ou B, inclusive, se referiam a Deputados desta Casa. Daí o pedido, para que esta Comissão Especial fosse criada. Eu vou acompanhar de perto, não tenham dúvida, não é burlando a autoridade da Comissão de Saúde, de orçamento, é, simplesmente, para ter legitimidade para acompanhar de perto. Acredito que todos os senhores são a favor ao transporte escolar funcionando de verdade. Esse é o nosso pedido. Peço voto para aprovar essa Comissão Especial.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, acho que a gente cai, na mesma discussão que ocorreu, agora, há pouco. Não cabe à Comissão Especial discutir esse tipo de assunto. Não cabe a uma Comissão Especial estar discutindo denúncia ou qualquer assunto do gênero. A Casa tem Comissão Permanente, se for o caso, que ela acompanhe. Não encontro no Regimento embasamento para a criação de uma Comissão Especial para acompanhar qualquer tipo de denúncia que haja. Então, honestamente, não vejo o porquê da aprovação desse tipo de Requerimento.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Caber cabe, mas estamos colocando para o Plenário, e o Plenário é quem decide.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Eu posso convidar o Deputado Sampaio e um outro membro da própria Comissão de Educação, quando ele quiser, por ofício, encaminhar se apresentando a qualquer tipo de licitação e está resolvido o problema.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – A mesma coisa que falei anteriormente, pelas mesmas razões. A Comissão de Educação está aí, e qualquer Deputado que quiser, o Joaquim está se predispondo, é só querer que pode acompanhar.

O Senhor Deputado Jalsen Renier – Senhor Presidente, gostaria de solicitar do Presidente da Comissão de Educação que convidasse o Deputado Sampaio para que ele faça parte, como convidado, na averiguação dos fatos, apresentados pelo parlamentar em seu requerimento. Então, Deputado Sampaio, se Vossa Excelência for convidado pelo Presidente da Comissão de Educação, o Senhor tem legitimidade, também, independente de uma Comissão Especial estar formada ou não, para que o senhor possa se pronunciar, até porque não vai haver manifestação de voto, e se houver, o Senhor também pode participar, desde que autorizado pelo Presidente da Comissão. É a minha opinião.

O Senhor Deputado Jânio Xingú – Senhor Presidente, estou de acordo com o Solado Sampaio, no tocante ao transporte escolar, há muitos empresários de nome, responsáveis, mas tem muitos empresários picaretas nesse negócio. Na semana passada, estive na

localidade de Taboca, Município do Cantá, e na estrada numa, fui L200, os moradores me abordaram durante uma reunião, disseram que estavam há quinze dias sem aula porque o dono do carro para transporte escolar disse que não tem estrada. Eu peguei a L200 e voltei até a casa do homem do carro e perguntei: por que você não está levando as crianças? Respondeu: porque não tem estrada. Falei que acabei de chegar de lá em uma L200 igual a dele e pela estrada. Picaretagem! O governador precisa tomar providências, isso é muito sério. Eu ia levar o fato ao conhecimento do Governador. Agora quero me juntar a essa Comissão, porque é picaretagem, mesmo. O cara recebe mas não presta serviço para a comunidade, deixando os alunos sem aula, sendo prejudicados. Eles dizem que não tem estrada, que o carro quebrou, mas, ora, se eu sou empresário e alugo um carro para o governo, se meu carro quebra, eu coloco outro no lugar, contrato é assim. Agora, transporte escolar precisa ser visto com muito carinho, porque educação é relevante, em quanto há prática de grande picaretagem no setor.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Deputado Chico Guerra, como disse o Deputado Célio, tem o esmo sentido do requerimento anterior. Mas, levanto a questão, Deputado Sampaio, da Samaúma mesmo, andei lá nas vicinais 4 e 5 e o transporte trafegava pela vicinal 5, deixando na estrada alunos da vicinal 4. Eu trouxe aqui o Senhor Salomão, não sei nem se é amigo do Governador. A rota do Senhor Salomão era de 10 quilômetros de estrada e acabou. E uma escolinha que passou a ser municipal lá no fundo, ele teria que andar 20, mas não constava no contrato dele. Nós o levamos à Secretaria da Educação, onde foi feito um aditivo para ampliar a rota, e foi resolvido o problema da Vicinal 5 do Apiaú. Outra questão que seria bom os Deputados verificarem. Grande parte do transporte escolar é de responsabilidade dos Municípios. Em muitas Vicinais não é o Estado que presta o serviço, o Município recebe os recursos específicos para o transporte escolar e tem sido um grande problema para o Estado seja pelo não cumprimento ou pela falta de recurso. Então, tem outra coisa que o Deputado pode verificar, quem atesta serviço de transporte escolar é o Diretor de Escola, mediante um contrato firmando, se ele não presta serviço não deve receber. Então, isso faz parte da sua missão, como Deputado, verificar se isso está acontecendo. Eu não acredito que em cada escola tenha um amigo do Governador para acobertar atos ilícitos eu acho que não tem! E não é uma comissão de licitação, licitação tem regras, edital e normas, não é por aí que se ajuda a resolver o problema do transporte escolar. Por esses motivos, eu voto contra o Requerimento.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Quero fazer uma correção em relação à Deputada Aurelina. Exite uma lei federal para a Municipalização de transporte escolar desde a época em que eu era Prefeito. Agora nunca se municipalizou o transporte escolar em Roraima, poucos Municípios que tem escola rural... Vossa Excelência sabe que 90% do transporte escolar é do Estado, não dos Municípios. E não vem recurso do Governo Federal para os Municípios, o que vem é para o Estado de Roraima.

O Senhor Deputado Diego Coelho – Quem atesta a frequência do transporte são os Diretores de Escolas. E eu acredito que o Governador não tem um amigo em cada direção de escola do interior. Só que eu sou testemunha, o meu pai já participou do transporte escolar no Município do Mucajaí e na Vila do Tamararé. Conheço a realidade, como funciona esse atestado de frequência. Hoje todas as escolas passam por dificuldades, muitas sem material de expediente, e os proprietários de ônibus e vans alugadas para o transporte escolar se submetem a financiar material de expediente como: papel, caneta e cartucho de tinta para o Diretor da escola poder desempenhar sua função. E, em troca do material, o Diretor acaba atestando a frequência dizendo que a empresa trabalhou os vinte dias. Este fim de semana, visitei a RR da divisa do Município do Cantá até o Novo Paraíso, e uma das reclamações é referente ao transporte escolar. Eu presenciei a situação, tirei fotos, havia muitos carros parados e os proprietários dos veículos colocam os carros no cepo para dizer que o carro está quebrado, e passam mais de 15 dias com o carro parado. Mas esses 15 dias eles recebem integralmente sem um desconto, isso tem que ser averiguado. Tem que existir essa Comissão para constatar essa irregularidade. Só quem é prejudicado é a população, são os alunos das vicinais que precisam do transporte escolar. Muitas vezes, alunos com mais de 50% de falta, mas passam de ano, como se justifica isso? Se for levar em conta as faltas já está reprovado. Então, como vamos corrigir a irregularidade na educação do Estado, o que nós estamos fazendo é uma vista grossa para os problemas existentes na Secretaria de Educação. É preciso ver quem são os picaretas e rescindir o contrato,

e colocar pessoas que queiram trabalhar. Estou falando em nome da população do Estado de Roraima, em especial, aos que precisam do transporte escolar.

O Senhor Deputado Remídio Monai – como sugestão, a licitação deveria ser feita em lote por Município ao invés de escola, como é feito hoje. Por exemplo, o Município de Rorainópolis tem aproximadamente 40 veículos do Governo fazendo transporte escolar. O que acontece? Um cidadão, em Boa Vista, tem um ônibus trabalhando no Jundiá, então esse cidadão não tem um ônibus reserva, eles às vezes leva o combustível daqui, muitas das vezes comprado na Venezuela. Então, a minha sugestão seria que o Governo fizesse uma licitação por Municípios, e levasse em conta a recomendação do Governo Federal, que os veículos tenham no máximo 7 anos de uso. E que fosse colocado na licitação que teria que ter no mínimo 5% de veículos reservas. Quem tem 40 carros deve ter, no mínimo, 3 carros reservas no local, em uma garagem instalada com mecânico e todo apoio necessário para dar apoio no local. E o que a gente vê é um grupo de pessoa pressionado o Governador para que se faça uma licitação de acordo com interesse de alguns. A minha sugestão é que o Governo procure atender as necessidades dos alunos, tenham uma visão única e exclusiva da comunidade e dos alunos. É comum, ver ônibus andando que tem mais de 20 anos de uso, tem ônibus rodando com motorista sem categoria D. A Secretaria de Educação teria que ter uma estrutura com um setor de transporte com uma quantidade de fiscais suficientes para atender esses Municípios, ou pelo menos estruturar os centros regionais, que hoje não têm viaturas para fiscalizar. Às vezes, a Secretaria de Educação tem um carro com um fiscal para fiscalizar todo o Estado. E infelizmente as dificuldades dos Diretores são tantas que, muitas vezes, precisam vir a Boa Vista tendo que pagar a sua passagem, hospedagem e alimentação. Então, às vezes, o Diretor é tentado a receber ajuda do empresário e, em troca de favor, precisa ajudá-lo em alguma coisa. Então, o setor de transporte no Estado precisa de uma atenção especial. Em nível de licitação, eu sugiro que seja feito por lote e que o empresário vencedor da licitação tenha uma reserva de veículos no local. E não como acontece hoje, onde é feito para atender empresário, ônibus com mais de 10 anos de uso, ou não pode ser feito por lote porque o empresário só tem 2 ônibus, e não tem veículo reserva.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Rorainópolis tem 40 rotas do Estado e 25 do Município.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Depois de todo o debate a respeito desse assunto, pertinente ao Requerimento do Deputado Sampaio, me ocorreu que há realmente, por parte dos Deputados, independentemente de bandeira partidária, de serem situação ou oposição, uma preocupação com a questão do transporte escolar e, em particular, com essa licitação. Acredito até que a própria Comissão de Educação, ou que, por ventura essa comissão for criada para acompanhar esse processo licitatório, poderíamos levar antes de sair o edital sugestões para a Secretaria de Educação elaborar o edital de forma mais rigorosa, para evitar problemas, como foi citado pelo Deputado Xingu, pelo próprio Remídio, que é ligado ao setor de transporte. Enfim, a Assembleia Legislativa, a Comissão de Educação ou essa Comissão, só então, ela será pertinente. A sugestão do Deputado Sampaio, Senhor Presidente, não é uma questão de oposição ou se situação não, ninguém está querendo aqui engessar o Governo ou fazer denunciamento porque ela pode ser criada paritariamente, de acordo com o que manda o Regimento, a maioria governista e a minoria da oposição. Essa comissão poderia ser criada com essa finalidade específica, diante de todas essas questões afirmadas neste parlamento por parte de Deputados de situação e também da oposição. Considero pertinente a criação da Comissão para que se trabalhasse especificamente essa questão, sugiro levar sugestão para a Secretaria de Educação sobre o edital, de que forma a Secretaria vai fazer essa contratação. E nos caberia acompanhar posteriormente a execução disso e a fiscalização. A Secretaria tem falhado, principalmente na fiscalização desses contratos. Eu tenho certeza de que esses contratos hoje são regidos, vamos dizer, tem lá uma cláusula que permite a punição por essa prática disso. Mas não está sendo observada porque ninguém fiscaliza. Não tem quem faça esse trabalho. Aí começa a existir um acordo de camarada entre dono de empresa, e diretor de escola para testar rotas, enfim. Como foi citado pelo Deputado Diego, é possível até que exista isso. Agora, temos que fazer o nosso papel. A sociedade cobra nas nossas visitas às vicinais, dizendo, e com razão, que nós, os Parlamentares, não fazemos nada para corrigir isso. Enfim, essa comissão seria um recurso mais específico, seria pertinente o Requerimento que o Deputado Sampaio fez, sem politizar essa questão.

O Senhor Deputado Jean Frank – Senhor Presidente, sou contra a Comissão Especial, tendo em vista que já existe uma Comissão Permanente nesta Casa. E a discussão referente à questão do transporte escolar, pela denúncia do Deputado Sampaio, comprova uma situação muito séria que hoje vem ocorrendo no Estado. Ela tem que ser averiguada, pois, cabe ao parlamento realmente fiscalizar. Discordo do colega, Deputado Remídio, dizendo que tem que haver uma licitação para atender os grandes empresários, tendo em vista que em nosso Estado a maioria dos empresários vive e sobrevive do Governo Estadual e do Governo Municipal. Temos que dar oportunidade para os pequenos empresários. Mas o que está faltando mesmo é fiscalização da educação. É preciso haver vistoria em todos os cargos, pelo menos de três em três meses para acabar com esse tipo de problema existente hoje. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, eu quero dizer que concordo, em parte, com as colocações feitas pelo Deputado Remídio, no tocante à necessidade de a gente fazer um acompanhamento na confecção do edital da licitação desse pregão. Como ele falou, existem municípios distantes da capital que têm empresas como base aqui em Boa Vista, e não conseguem dar suporte quando um carro quebra, deixando os alunos desassistidos. Concordo, em parte, porque, de repente, não precisa fazer o lote inteiro para que apenas uma empresa ganhe, dependendo da quantidade de lotes, faça dois ou três lotes, mas que a empresa efetivamente faça a sua garagem dentro do município para fazer a manutenção dos veículos.

Quero dizer que, cerca de cinco anos, o Governo do Estado incentivou os empresários do transporte escolar a renovarem sua frota, condição para participar da licitação. E pode se dizer que mais de 80% das empresas não fizeram, não adquiriram veículos novos, não se endividaram para participar do certame. De 15 a 20%, assim não fizeram, colocaram ônibus já no limite do tempo de uso que a legislação federal estabelece. E, agora, quando vão lançar um novo edital, há um movimento no sentido de estender o prazo de sete para 12 anos ou mais anos de uso de veículos. Eu acho temerário aumentar esse tempo, tem que ter investimento para segurança dos nossos alunos pois os nossos ônibus transportam o futuro do nosso Estado. E a minha observação é apenas quanto a essa questão, que se observe a legislação federal para que se disponibilizem veículos, a fim de evitar situações como Deputado Sampaio e outros Deputados falaram sobre veículos em precárias condições de uso.

Outro ponto também, Senhor Presidente, é o que a Deputada Aurelina afirmou também tem fundamento no tocante a quase um terço das rotas dos municípios no interior do Estado são de responsabilidade dos municípios. E, muitas vezes, em alguns municípios a prefeitura não assume a responsabilidade. E aí os empresários contratados pelo Estado para transporte de alunos da rede escolar do Estado vão, até por uma questão de apoio, àquelas comunidades, transportando alunos da rede municipal, se sobrecarregando, levando um número de alunos além do limite permitido pelo ônibus. E isso contribui também para quebrar o ônibus, conforme reclamações de pais dos alunos por excesso de passageiros nos ônibus.

Então, a todas essas questões emblemáticas devem ser acompanhadas, daí eu vejo a necessidade de se criar uma comissão especial. E se isso não ocorrer, então pelo menos a Comissão de Educação e a Comissão de Administração e Serviço Público acompanhem isso para atender o que está se exigindo neste edital, visando garantir um transporte eficiente e seguro, de qualidade, dessas crianças, que são o futuro do nosso Estado e de nosso país.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, lembro aos nobres parlamentares que, como fazemos parte, digamos, da base do interior do Estado, somos muito cobrados em relação ao transporte escolar. Mas, temos que ver também que não são só os empresários que são culpados. O Estado tem a maior culpa quanto às estradas sem condições de trafegabilidade. O Deputado Remídio é testemunha, já está com dois anos que a Vicinal 18, de São Luiz do Anauá está nessas condições é uma emenda parlamentar dele. Há dois anos não está tendo aula na Vicinal 18, nem na Vicinal 10. Na Vicinal 21, há uns quatro meses porque a estrada está ruim, não tem carro que aguente ser puxado por trator em atoleiro para dar conta do transporte escolar. Isso é preocupante, nós temos que rever isso. O Governo do Estado precisa entrar em acordo com os municípios na manutenção das vicinais, permitindo a trafegabilidade, senão não haverá aula. Têm professores que passam os alunos de ano assistindo apenas três ou quatro meses por ano. Esses alunos não terão condições de ingressar no mercado de trabalho pois não estão devidamente preparados, sem

aprendizado suficiente para concorrer com outros candidatos. Isso é preocupante sim. Eu acho que nós devemos criar uma comissão para fiscalizar, solicitar ao Governo incumbir a Secretaria de Educação a fiscalizar mais de perto o transporte escolar, bem como o setor competente quanto à trafegabilidade para que empresários possam transportar os alunos com mais segurança, pois no meio de atoleiro, de abismos, de ponte quebrada, não tem carro que agüente, não tem empresário que cumpra satisfatoriamente o seu contrato, quer dizer, oferecer transporte escolar com boas condições. Trata-se, pois, de filhos dos nossos amigos que, na maioria não têm condições de colocá-los na cidade para estudar. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Nobres Deputados, o transporte escolar é o meio essencial para oportunizar estudo, conhecimento, aos alunos em áreas mais isoladas do Estado. A Constituição diz que a educação é direito de todos, através do qual, o indivíduo é capaz de transformar e melhorar sua condição de vida. Então, a sociedade brasileira também paga caro para usufruir do transporte escolar eficientemente. Portanto, eu quero até citar o exemplo do próprio Estado. Não sei se os Deputados sabem, a sociedade paga para que aqueles alunos possam estudar. Remídio, eu quero dar um destaque e quando você falou de forma simples, mas aquele que tem um profundo conhecimento sobre a questão. Vossa Excelência não tem embasamento didático, mas tem um conhecimento adquirido ao longo do exercício do seu trabalho realizado. Deputado Joaquim Ruiz, essas ideias simplórias que o Remídio colocou aqui, que sejam aproveitadas. E a própria Comissão de Educação encaminhe isso para a Secretaria de Educação, encaminhe isso para o Estado. Eu pergunto aos nobres pares: Qual é a dificuldade de implementar o que o Deputado Remídio Monai colocou aqui? Não há a mínima dificuldade de implementar o que ele disse. A contribuição dele é tão importante que ele chega a dizer que nós devemos focar essencialmente o bem-estar do aluno, a oportunidade de o aluno estudar, dar a ele um instrumento igualitário como todos os cidadãos brasileiros devem ter. Então, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se fossem lá o Deputado Sampaio, o Deputado Brito, o Deputado Diego diriam que é a oposição futricando contra o Governo. Se formarmos aqui uma comissão, por exemplo, de cinco membros: três do Governo; dois da oposição; nós estamos dando legitimidade na fiscalização do essencial transporte escolar para toda a sociedade. Estamos lá dizendo que o Poder Legislativo não é situação; não é oposição. Essa não é a questão de lado; não é a questão de situação ou de oposição; essa é uma questão de interesse soberano da sociedade e essencialmente dos beneficiários de transporte escolar. Então, a ideia é formar uma comissão que tenha essa participação e lá esteja. O Poder Legislativo, representado pelos membros da oposição e da situação, mas é o poder defendendo o interesse do povo.

Portanto, eu defendo, a formação dessa comissão, onde a maioria dos membros seja de integrante da base do Governo para que realmente seja o poder fiscalizando, é papel da oposição, é papel de todos nós. Então, eu defendo a Comissão no sentido de dar legitimidade aos membros que constituem este poder. É louvo a iniciativa do Deputado Remídio e reitero, Deputado Joaquim, anote essas ideias e as transmita para a Secretaria de Educação. É fazendo que se aprende, e o Deputado Remídio tem valiosas contribuições para tornar o transporte mais eficiente, haja vista que nós, enquanto sociedade, pagamos o transporte escolar também. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, mais uma vez, percebemos nesta discussão o embate do mérito com a forma. Nenhum Deputado se opôs de que a gente se avalie e se aprimore na questão do transporte escolar. O ponto que estamos divergindo aqui é a respeito da necessidade de haver ou não a criação de uma Comissão Especial para acompanhar esse serviço. Honestamente, eu acho que a Comissão de Educação tem total condição de fazer esse papel. Depois, com a sugestão do Deputado Coronel Chagas, estou convencido que ficaria melhor ainda, porque podemos juntar a Comissão de Educação com a Comissão de Administração e Serviço Público. Eu não vejo o

porquê de mais uma vez criar uma comissão nova. Nós temos duas comissões na Casa com a total legitimidade para fazer isso. O Deputado Remídio me informou que o Deputado Sampaio, o autor da proposição, faz parte da Comissão de Administração e Serviços Públicos. Enaltecer as colocações dos Deputados Remídio e Chagas na questão do edital. A gente só recebe bem quando compra bem. Ninguém recebe um bom serviço, um bom produto, quando a gente não diz o que a gente está querendo comprar.

Então, se a gente tiver um edital bem discriminado, bem feito, que determine a substituição de um veículo quando houver quebra. Um edital que diga como as coisas devem funcionar. Eu tenho certeza que o serviço vai ser bem prestado. A gente sabe que qualquer contrato tem um gestor. Se o contrato for feito por lote, poderá ter, inclusive, fiscalização por lotes de cada contrato. E, aí sim, vamos ter uma execução melhor do contrato que está sendo feito. Eu tenho certeza que ninguém quer a prestação de um serviço mal feito. E, tem mais uma licitação bem feita, um edital bem feito e um contrato bem feito tira esses picaretas que Vossa Excelência já identificou que tem por aí. Então, defendo a discussão na sugestão de um novo edital com as Comissões de Educação e de Administração, pois, é através de um contrato legal, sólido, haverá bons serviços prestados. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, coloco a matéria em votação. A votação será eletrônica e nominal: votando sim, os Deputados aprovam o Requerimento e votando não os Senhores Deputados rejeitam o Requerimento.

Solicito ao técnico que faça a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, eu queria encaminhar a votação pelo “não”, exatamente por tudo o que eu falei desde o início. Nós estamos discutindo durante quase 40 minutos uma coisa que todo mundo já conhece de antemão, a necessidade. Para que nós temos as Comissões Permanentes na Casa? Então vamos acabar as Comissões Permanentes para ficarmos só criando Comissão Especial que talvez dê mais resultado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, a importância de se criar essa comissão é para não fazer uma jogada política, se chega lá só o Deputado Sampaio, Brito e o Flamarion vai entender como algo da oposição. A ideia é a Assembleia Legislativa acompanhar de perto a questão do transporte escolar que é de suma importância para os jovens do interior do Estado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Comunico aos Senhores Deputados que a Sessão será suspensa para que a Comissão Especial analise a Mensagem Governamental nº 039/12; bem como ao Projeto de Lei nº 036/12.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, iremos votar ainda hoje a GAN?

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Se ficar pronto.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, nós temos um compromisso com a categoria de fazermos uma audiência pública para ouvi-los.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – A categoria está aqui, eu estou pedindo para que a comissão se reúna e decida. Eu tenho compromisso com a categoria em ouvi-la.

Dou por rejeitado o Requerimento nº 034/12 por 08 votos sim, e 12 não.

Está suspensa a Sessão, será reaberta às quatorze horas.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Explicações Pessoais. Não havendo quem queira se pronunciar e, nada mais a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 11, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurilena Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 11/09/2012